

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CONVÊNIO UEPB/UAB/SEED/PNAP
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

DANIELLE VIEIRA DA SILVA

**O USO DAS MÍDIAS DIGITAIS NA PROPAGAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
EM DEFESA DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA EM JOÃO PESSOA/PB**

**JOÃO PESSOA
2015**

DANIELLE VIEIRA DA SILVA

**O USO DAS MÍDIAS DIGITAIS NA PROPAGAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
EM DEFESA DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA EM JOÃO PESSOA/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB em convênio com a Universidade Aberta do Brasil, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientadora: Prof^ª. M^ª. Aline Poggi Lins de Lima

JOÃO PESSOA

2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586u Silva, Danielle Vieira da

O uso das mídias digitais na propagação de Políticas públicas em defesa das mulheres vítimas de violência em João Pessoa/pb [manuscrito] / Danielle Vieira da Silva. - 2015.

49 p. : il. color.

Digitado.

Monografia (Gestão Pública) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2015.

"Orientação: Aline Poggi Lins De Lima, PROEAD".

"Colaboração: Edilon Mendes Nunes"., Silene Lima Ximenes Dourado Santos

1. Mídias digitais. 2. Mulher. 3. Políticas públicas. I. Título.

21. ed. CDD 302.2

DANIELLE VIEIRA DA SILVA

**O USO DAS MÍDIAS DIGITAIS NA PROPAGAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM
DEFESA DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA EM JOÃO PESSOA/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Especialização em Gestão Pública pela
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB em
convênio com a Universidade Aberta do Brasil,
como requisito parcial para a obtenção do título de
Especialista em Gestão Pública.

Aprovada em: 28 / 03 / 2015.

BANCA EXAMINADORA

Aline Poggi Lins de Lima

Profa . Me. Aline Poggi Lins de Lima - Orientadora
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Edilon Mendes Nunes

Prof. Me. Edilon Mendes Nunes
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Silene Lima Dourado Ximenes Santos

Profa . Me. Silene Lima Ximenes Dourado Santos
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

A Deus, que sempre orienta minha caminhada. Em todos os momentos permanece ao meu lado e por vezes me coloca em seus braços.

Aos meus pais, Jaziel e Lourdes, pelo aprendizado diário e exemplo de perseverança e humildade. Modelos de amor sem limites, eles continuam sendo minha base e abrigo seguro, incentivando à realização dos meus sonhos.

A todos os familiares (de sangue ou não), que perto ou longe nunca medem esforços na demonstração de afeto e amor.

Ao meu namorado, Francisco Neto, pelo auxílio e compreensão.

A todos os amigos. Dos mais antigos aos recentes, eles fazem os dias serem mais doces e agradáveis.

À UEPB, pela oportunidade de aprofundamento no aprendizado e por possibilitar o crescimento de seu corpo discente.

À professora e orientadora Aline Poggi, por sempre estar disponível nos momentos de pesquisa e pelo acompanhamento impecável como tutora ao longo de toda a especialização.

A esses, a minha gratidão.

RESUMO

Em decorrência do aumento da criminalidade contra a mulher oriunda de razões de gênero, a implementação de políticas públicas que trabalhem direcionadas a erradicar essa realidade é urgente e precisa ser intensificada. Na realidade de João Pessoa, capital paraibana, observa-se que a abordagem tem sido pauta de discussões, mas é preciso expandir o diálogo para os círculos de real interesse, fazendo com que as ações sejam conhecidas e vivenciadas pelas mulheres, sem distinção de etnia, idade classe social ou religião, por exemplo. Com o intuito de garantir a eficácia de tal participação, vislumbrou-se a possibilidade de as mídias digitais contribuírem para a propagação das políticas públicas voltadas às mulheres no município em questão, já que a sociedade tem vivenciado uma era de conexões instantâneas, de forma que as gerações têm experimentado novas formas de interatividade, produção, participação e compartilhamento. Diante disso, delimitou-se como objeto de estudo as formas de comunicação das políticas públicas destinadas às mulheres que residem em João Pessoa e o uso das mídias digitais como impulsionador da propagação de ações públicas, tomando como base os estudos em Políticas Públicas atrelados aos de Comunicação, objetivando analisar como o uso das mídias digitais pode auxiliar na implementação e divulgação das atividades desempenhadas pelos agentes de políticas públicas em defesa da mulher. Como metodologia, foi realizada em uma primeira etapa uma pesquisa exploratória, seguida de uma explicativa, de natureza qualitativa. Com isso, escolheu-se como amostragem o trabalho desenvolvido pela Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres (SEPPM), organismo da Prefeitura Municipal de João Pessoa, pela representatividade que tem perante as políticas locais. A partir da análise desenvolvida, conclui-se, entre outras coisas, que o uso das mídias digitais por parte dos gestores públicos pode ser mais bem trabalhado, de forma que elementos como a participação, interação e envolvimento se tornem presentes e elevem o alcance das atividades fomentadas pelos dispositivos de políticas públicas femininas.

Palavras-chave: Mídias digitais. Mulher. Políticas públicas. Violência.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CRMEB	Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
Reamcav	Rede Estadual de Atenção às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica
SEMDH	Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana
SEPPM	Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres
SIPS	Sistema de Indicadores de Percepção Social

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Arte da campanha “Neste Carnaval, Liberte-se do Machismo”	24
FIGURA 2 - Uma das artes da campanha “Neste carnaval, perca a vergonha, mas não perca o respeito.....	25
FIGURA 3 - Tela do aplicativo “Clique 180” na <i>playstore</i>	31
FIGURA 4 - <i>Slogan</i> da campanha “Isso Não é Normal”	39
FIGURA 5 - Material produzido para a campanha “Isso Não é Normal”	40
FIGURA 6 - Homens e mulheres aderem à campanha “Isso Não é Normal”	41

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
2 OBJETIVOS	13
2.1 OBJETIVO GERAL.....	13
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
3.1 A GESTÃO PÚBLICA DE SERVIÇOS SOCIAIS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	15
3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA	20
3.3 MÍDIAS DIGITAIS NA DIVULGAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	26
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	33
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	36
5.1 SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES E SUAS ATIVIDADES	37
5.2 ANÁLISE DAS AÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DESENVOLVIDAS PELA SEPPM.....	39
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	47

1 INTRODUÇÃO

Presente na agenda pública, congressos, convenções, e até mesmo em rodas informais de amigos e colegas de trabalho, a violência contra a mulher tem sido tema recorrente nas distintas pautas de diálogos nos dias atuais. De acordo com um levantamento publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em dezembro de 2014, em trinta anos, o número de mulheres assassinadas no Brasil aumentou 230%, colocando o país na sétima posição do ranking mundial de mulheres vítimas de mortes violentas. Conforme dados do estudo, a maioria dos crimes desta natureza ocorre quando as mulheres decidem romper o relacionamento amoroso. Fato que, somado a outras motivações, fez com que um projeto que tramitava no senado brasileiro fosse sancionado pela presidente do Brasil, Dilma Rousseff, no dia 9 de março deste ano. A lei do feminicídio, como ficou conhecida, tornou crime hediondo o assassinato de mulheres decorrente de violência doméstica ou outras questões de gênero (DILMA..., 2015).

A realidade da criminalidade contra a mulher oriunda de razões de gênero tem agravado nos últimos anos. Uma pesquisa realizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2013¹, apontou que a agressão cometida por parceiro íntimo é o tipo mais comum de abuso contra pessoas do sexo feminino (ONU, 2013). Segundo o relatório, a violência física ou sexual precisa ser encarada como um problema de saúde pública, pois pode provocar infecções e lesões imediatas, além de depressão e transtorno mental. Dados apontam ainda que aproximadamente 35% das mulheres sofrem algum tipo de violência em algum momento da vida. No Brasil, a Lei Maria da Penha – como é popularmente conhecida a Lei nº. 11.340 – é um dispositivo legal sancionado em 2006 e tem o objetivo de tornar mais rigorosa a punição dos infratores por agressões no âmbito doméstico ou familiar.

No contexto do estado da Paraíba, mais especificamente na capital, João Pessoa, apesar de já ter sido observado um resultado gradualmente positivo nos últimos anos e a abordagem continuar suscitando discussões, percebe-se a necessidade de levar o assunto para os círculos de real interesse e de fazer conhecidas e vivenciadas as políticas públicas locais direcionadas às mulheres. Das

¹ Documento divulgado em parceria com a Escola de Higiene e Medicina Tropical de Londres e do Conselho Sul-Africano de Pesquisa Médica. O relatório tem como título: “Estimativas mundiais e regionais da violência contra mulheres: prevalência e efeitos na saúde da violência doméstica e sexual”.

donas de casa aos agentes do Direito, todos os indivíduos não apenas têm direito ao acesso às informações e medidas protetivas, mas também precisam ser ouvidos e tratados como prioridade, visto que, de acordo com o perito paraibano Hebert Boson (2014), a Paraíba tem média de 4,5 assassinatos por dia² - apanhado que suscita a investigação a respeito dessa realidade.

Tendo como base tais observações, o tema desta pesquisa compreende as políticas públicas voltadas à garantia dos direitos das cidadãs e as formas de comunicação utilizadas para divulgar os trabalhos desenvolvidos no município de João Pessoa. Isso porque, é por meio da propagação que as atividades se fazem conhecidas diante da comunidade local. É de conhecimento de parte da população que algumas – senão várias – ações existem e têm sido desenvolvidas com o intuito de proteger, garantir direitos e acompanhar de forma mais particular os casos de agressão às pessoas do sexo feminino. No entanto, em um breve questionamento com vizinhos, amigos e familiares, é perceptível que poucos sabem mensurar e, muito menos, denominar quais atividades têm sido trabalhadas no município de João Pessoa.

Em tempos de diminuição de fronteiras territoriais e facilidades no acesso à informação, torna-se inevitável indagar as razões que justificam, na localidade, o desconhecimento ou o superficial contato com políticas em prol da mulher paraibana vítima de violência. Ao levar em consideração que os constantes avanços tecnológicos têm propiciado ou potencializado as formas de sociabilidade e interações, é possível pensar, a priori, que é de conhecimento efetivo da maioria as atividades que auxiliam na proteção às cidadãs que residem em João Pessoa. No entanto, na prática vê-se que isso não ocorre. Sendo assim, a percepção incorre na problemática que moveu a escolha da temática deste trabalho: por que as políticas públicas em defesa das mulheres em João Pessoa não são de conhecimento das principais interessadas, ou pelo menos da maioria – as cidadãs que residem no município em questão? Tendo em vista que a acessibilidade às informações atualmente é bem maior se comparada a décadas atrás, de que modo o uso das

² Informação presente em “Profissionais de Justiça e Segurança Pública destacam importância de investigação de assassinatos de mulheres por razões de gênero”. 2014. Disponível em: < <http://www.onumulheres.org.br/?noticias=profissionais-de-justica-e-seguranca-publica-destacam-importancia-de-investigacao-de-assassinatos-de-mulheres-por-razoes-de-genero>>. Acesso em: 04 jan. 2015.

mídias digitais pode contribuir na propagação das políticas existentes, quer seja de iniciativa do governo ou de comunidades de moradores?

Diante das inquietações mencionadas acima e do lugar de fala da autora deste projeto, que vem do campo da Comunicação Social e de pesquisas anteriores quanto aos processos comunicacionais que envolvem a prática publicitária no contexto da cibercultura³, a intenção foi de unir o estudo das políticas públicas – inerente ao curso de especialização em Gestão Pública – ao que lhe é de conhecimento e interesse pessoal e acadêmico. Dessa maneira, o tema desta pesquisa discorre acerca das políticas públicas e sua divulgação, não apenas de forma massiva, mas também efetiva. Partindo de uma perspectiva que enxerga as múltiplas possíveis conexões e de relações cada vez mais horizontalizadas e midiaticizadas⁴, sobretudo nos espaços digitais, a investigação tem o recorte espacial e temporal no município de João Pessoa, e está voltada especificamente às políticas atuais direcionadas às mulheres.

Com base no que foi evidenciado, de forma pragmática, o trabalho tem como objeto de estudo as formas de comunicação das políticas públicas destinadas às mulheres que residem no município em questão e o uso das mídias digitais como aspecto impulsionador no alcance dos objetivos pretendidos, ultrapassando a simples mensagem de denúncia do infrator. Sendo assim, o que se busca com o objeto em questão é vislumbrar a ampla propagação das ações públicas e buscar modos de incrementá-las, a partir das possibilidades oferecidas pelo uso das mídias digitais. Vale ressaltar que o tema não será vislumbrado pela perspectiva dos ambientes digitais apenas enquanto suportes tecnológicos, mas, sobretudo pela apropriação feita pelos agentes de transformação e seus usos.

Em primeira instância, a escolha pelo objeto e grupo focal se justifica pela observação da habitual veiculação de notícias que retratam casos de agressão física e psicológica às cidadãs da localidade. Por vezes, a abordagem e linguagem escolhidas, e a recorrente aparição de casos semelhantes na TV, meio impresso e suportes digitais, geram conformismo diante de uma parte dos espectadores, além

³ A cibercultura é o conjunto tecnocultural emergente no final do século XX, impulsionado pela sociabilidade pós-moderna em sinergia com a microinformática e o surgimento das redes telemáticas mundiais; uma forma sociocultural que modifica hábitos sociais, consumo cultural, produção e distribuição da informação, criando novas relações no trabalho e no lazer, novas formas de sociabilidade e comunicação social (LEMOS, 2010, p. 20-21).

⁴ A pesquisa segue a perspectiva de midiaticização apontada por Fausto Neto (2009). Segundo ele, “a midiaticização produz mutações na própria ambiência, nos processos, produtos e interações entre os indivíduos, na organização e nas instituições sociais” (FAUSTO NETO, 2009, p. 1).

da frequente apatia e aparente indiferença. Nos últimos meses, o assunto tem repercutido nas mídias sociais, inclusive com a pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2014, através do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS), que buscou saber a opinião dos brasileiros quanto à violência contra a mulher, em todas as unidades da federação⁵.

De acordo com os primeiros resultados apresentados, a maioria acredita que o estupro é culpa da mulher, que mostra o corpo e não se comporta como deveria (CISCATI, 2014). Segundo o SIPS, esse mesmo grupo (42,7%) entende que “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas” (RAMALHOSO, 2014, p. 1). Embora algumas informações dessa pesquisa tenham sido posteriormente retratadas, o conteúdo levou a autora desta pesquisa à curiosidade em saber como se dá tal realidade na sociedade paraibana, sobretudo em João Pessoa. E, mais que isso, houve a intenção de observar de que modo isso tem sido combatido na região. Para tanto, é fundamental entender como as políticas públicas locais são conhecidas, a fim de que as mulheres tenham acesso ao que lhe é de direito.

Em paralelo, o trabalho tem o intuito de contribuir com os estudos acadêmicos voltados às políticas públicas e seus modos de comunicação com as mulheres, de forma que, a partir da percepção das atuais práticas, possam ser sugeridos possíveis incrementos na publicização das ações existentes, bem como novas práticas a partir de uma parceria com os saberes do campo comunicacional. Para a sociedade, faz-se pertinente a perspectiva adotada quanto à utilização das facilidades disponíveis com os aparatos tecnológicos, para atingir o público-alvo e efetivar sua participação nas rodas de diálogo. Tendo em vista que o envolvimento afetivo tem sido contemplado de forma mais ativa no mundo contemporâneo, a adesão das mulheres e a sua confiança podem ser mais bem exploradas, a fim de que seja alcançado o objetivo primordial da existência de tais atividades.

A pesquisa também encontra respaldo por se estender em um período de transformações. Como indica Lemos (2010, p. 72): “um processo de aceleração, realizando a abolição do espaço homogêneo e delimitado por fronteiras geopolíticas e do tempo cronológico e linear”. Sendo assim, dentro de uma cultura “ciber”, as práticas de comunicação estão cada vez mais midiaticizadas e a apropriação do

⁵ O estudo foi divulgado após casos de violência contra mulheres no transporte público em São Paulo, em 2014. Cabe ressaltar que as mulheres representam 65,5% do universo dos entrevistados.

espaço digital infere em uma reconfiguração nos papéis dos atores sociais, de forma que a participação e interação com as mulheres precisam ser priorizadas e bem trabalhadas. Além disso, a abordagem se apresenta relevante por estar inserida em um novo lugar, apresentado por Perez e Barbosa (2008). Segundo as autoras, o que se vê não são apenas novas mídias, mas algo mais abrangente, que aproxima as pessoas e cria um novo lugar de convivência.

Na fundamentação teórica, servem também de aporte autores que abordam o estudo das políticas públicas – desde os considerados “pais” das políticas públicas, como Laswell (1936) –, em consonância com pesquisadores da Comunicação, como Di Felice (2008) e Bolter e Grusin (1998). Fazendo uma ponte entre os conhecimentos, o tema é trabalhado de forma holística. Além disso, é considerado o modelo sistêmico de políticas públicas (SIMAN, 2005 apud RUA, 2009).

Em seguida, há o detalhamento dos procedimentos metodológicos adotados para a observação do objeto da pesquisa. A partir deles, o trabalho passa por uma fase de contemplação direta, na qual as políticas públicas desenvolvidas pela prefeitura da cidade de João Pessoa/PB consistem na mais representativa prática de políticas voltadas para esse segmento. Posteriormente, a análise dos resultados evidencia a necessidade de reconsideração das atuais práticas de divulgação das políticas públicas, atualizando as ferramentas e os discursos à cultura e hábitos contemporâneos.

É com base na concatenação de ideias e diálogo com os autores, bem como pela investigação direta do fenômeno abordado que é possível olhar o objeto de estudo, analisá-lo e, diante disso, contribuir com o tema, observando a comunicação estabelecida entre os agentes de políticas públicas voltadas à mulher e o seu público-alvo, e propondo formas de propagação e aproximação, por meio das mídias digitais.

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL

Analisar o uso das mídias digitais na implementação e propagação das políticas públicas em defesa da mulher, na cidade de João Pessoa, capital paraibana.

2.2 ESPECÍFICOS

- a) Identificar as políticas públicas em prol das mulheres vítimas de violência que residem em João Pessoa (PB);
- b) Verificar as ações de comunicação e divulgação das políticas públicas direcionadas ao público feminino do município;
- c) Examinar de que modo o uso das mídias digitais pode contribuir na divulgação das ações e engajamento das mulheres e da comunidade local com as propostas articuladas.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Não é recente o discurso em favor da mulher e sua proteção perante a sociedade, a exemplo da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), que desde sua promulgação, em 1943, contempla um capítulo próprio para a proteção do trabalho da mulher. O objetivo do instrumento é dar garantias às mulheres, promovendo sua inserção no mercado de trabalho, protegendo-as de quaisquer discriminações e ofertando-lhes condições especiais, tendo em vista suas características próprias, sobretudo no que diz respeito à maternidade (MAIOR; COLY, 2014). No entanto, tanto no campo profissional, quanto no doméstico e em outros ambientes sociais, a efetividade do respeito à mulher contemplado no papel em muitos casos não é evidenciada na prática (MAIOR; COLY, 2014).

Apesar dos avanços sociais, o machismo ainda persiste nas relações interpessoais. Há na legislação brasileira uma evolução histórica relacionada à mulher, desde a vedação legal ao castigo físico exercido pelo cônjuge, passando pelos direitos ao voto e ao trabalho e chegando à proteção ao gênero e sua promoção. No entanto, continuam a pesar questões sociais, religiosas e mesmo históricas que influenciam na diferenciação entre homens e mulheres e que são cruciais no entendimento dos paradigmas que permanecem como desafios a serem enfrentados pela sociedade. Por esta razão, segundo Maior e Coly (2014, p. 1), “a discriminação perpetrada historicamente em relação à mulher continua a ensejar a necessidade de políticas públicas e proteção legislativa que coíbam a discriminação entre gêneros”.

Trata-se, portanto, de uma questão delicada e que carece de tratamento especial. Para fins da pesquisa, construir paralelos e fomentar discussão entre as políticas públicas, a defesa à mulher e o campo da comunicação inspira um estudo sistêmico, de modo que tais elementos não podem ser contemplados isoladamente. No caso deste trabalho, há de se separar em subseções, entretanto com o objetivo de facilitar a visualização e o estudo, entendendo as partes como integrantes de um todo, e não como fragmentos. Com esse intuito, optou-se por iniciar a fundamentação com um apanhado geral sobre políticas públicas, sobretudo às direcionadas às mulheres, seguindo pelo campo da comunicação e cibercultura. Nesse sentido, adentra-se às práticas da comunicação por meio do uso das mídias digitais como suporte e estratégia de propagação de tais políticas públicas.

3.1 A GESTÃO PÚBLICA DE SERVIÇOS SOCIAIS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Inerente à gestão pública entendida como parte do processo de garantia e consolidação dos direitos da população, a gestão pública de serviços sociais aponta para a reflexão de gestores, pesquisadores e cidadãos no que tange às políticas públicas⁶ e aos programas e projetos sociais. Para isso, é preciso estabelecer uma aproximação da realidade social, desnudando-se de preconceitos e compreendendo as clivagens de classe, desigualdade econômica, discriminações relacionadas ao sexo/gênero, deficiência, etnia e idade, por exemplo. É nesse ponto que as políticas públicas surgem e precisam ser trabalhadas como meio de diminuir os impactos de tais problemáticas, contribuindo para a erradicação das injustiças sociais.

A gestão pública de serviços sociais pode ser realizada tanto por órgãos do governo dos municípios, estados ou da União, quanto por organizações da sociedade civil, no sentido de contribuir para a consolidação dos direitos. Sendo assim, é preciso vislumbrar que a execução dessas ações não é de exclusividade do Estado, o que fundamenta a necessidade de envolvimento e participação social. As políticas surgem também como tentativa de solução às questões da Administração; é uma resposta às demandas da sociedade, mas, mais que isso, é importante antecipar-se aos problemas, evitar que os conflitos surjam. Conforme apontam Raichelis e Rico (1999 apud KAUCHAKJE, 2012, p. 20):

Embora heterogênea, a sociedade civil é protagonista central do desenho do futuro que se pretende alcançar na gestão da coisa pública, sendo importante [...] a diferenciação a ser feita entre o público e o estatal, para incorporar um conjunto cada vez mais amplo de organizações privadas que atuam no âmbito do interesse público.

Dessa maneira, tudo o que é estatal é público, no entanto, nem tudo que é de interesse público está limitado ao Estado, estendendo-se à ampla participação das classes e dos grupos sociais, socialmente organizados no âmbito legislativo e executivo, com vistas ao atendimento das necessidades e demandas sociais. Nesse

⁶ Vem do termo “policy”, que é usado para referir-se à formulação de propostas e tomada de decisões. Elas têm como foco temas que afetam a coletividade e mobilizam interesses e conflitos. De maneira objetiva, “policy” significa a atividade do governo de desenvolver políticas públicas, a partir do processo da política. Isso envolve mais do que uma decisão, requer ações selecionadas estrategicamente para implementar tais decisões. SERPA, Moema Amélia. **Políticas Públicas**. Slides.

sentido, cabe explicitar a diferença conceitual entre esses termos. Falar em necessidades consiste em algo próprio da condição humana, como alimento, abrigo e saúde, além de liberdade e autonomia. Enquanto isso, demandas são as formas de manifestações de necessidades e carências enquanto produto das relações sociais. No presente estudo, o público-alvo das políticas públicas refere-se às mulheres residentes no município de João Pessoa, Paraíba, no entanto, a fim de fundamentação teórica, observamos a gênese do fenômeno abordado.

Nos últimos anos, a área denominada políticas públicas ganhou maior visibilidade. Primeiro, devido à adoção de políticas restritivas de gasto, que passaram a dominar a agenda dos países, sobretudo os em desenvolvimento. Em segundo lugar, as novas visões sobre o papel dos governos substituíram as políticas keynesianas do pós-guerra por políticas restritivas de gasto. Em consequência disso, observou-se a adoção de orçamentos mais equilibrados entre receita e despesa e cresceram as restrições à intervenção do Estado na economia e políticas sociais (SOUZA, 2006).

Apesar de não haver uma única definição, por políticas públicas entendem-se os instrumentos de ação do governo e da sociedade a serem desenvolvidos em programas, projetos e serviços nas áreas social, econômica, tecnológica, ambiental e outras, de interesse social ou público. Tudo isso qualificado pela supremacia do interesse público sobre o particular. Elas funcionam como um desenho, uma planificação de decisões que devem refletir os direitos garantidos em lei (LOJKINE, 1997). Reunidas, formam mecanismos, canais ou meios de atender às necessidades e demandas da comunidade. De forma resumida, política pública é o campo do conhecimento que busca "colocar o governo em ação", ao mesmo tempo analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso de tais ações.

As definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores (SOUZA, 2006, p. 6).

Enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica, a política pública surgiu nos Estados Unidos, rompendo a tradição europeia de estudos e pesquisas na área. Enquanto na Europa a área de política pública nasceu como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas a respeito do papel

do Estado, nos EUA, a área é criada sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, focando-se na ênfase nos estudos sobre a ação dos governos. Sendo assim, a ideia é a de que, em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer pode ser formulado e analisado por pesquisadores independentes.

Fundamentalmente, considera-se que o desenvolvimento daquilo que é entendido como políticas públicas surgiu a partir de quatro fundadores: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. De acordo com Souza (2007), ainda nos anos 1930, Laswell (1936) introduziu a expressão *policy analysis* (análise de política pública), com o intuito de conciliar o conhecimento científico/acadêmica com a produção empírica realizada pelos governos. Já Simon, em 1957, criou o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*). Para o estudioso, a racionalidade dos decisores é sempre limitada por problemas como informação incompleta ou imperfeita, etc.

Lindblom (1959; 1979), por sua vez, questionou a ênfase dada por Laswell e Simon ao racionalismo. Ele criticava o macroplanejamento político e econômico para as políticas públicas e propôs a incorporação de outras variáveis à elaboração e à análise das políticas, entre elas as relações de poder. “Para ele, o método racional-compreensivo parte da perspectiva de que a intervenção de políticas públicas deve basear-se numa ampla análise dos problemas sociais que permita estabelecer metas” (RUA, 2009, p. 25). Por fim, Easton (1965) introduziu sua contribuição na área ao definir a política pública como um sistema, isto é, uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Para ele, as políticas públicas recebem *inputs* dos partidos, dos grupos de interesse e também da mídia, influenciando assim os seus resultados.

Entre outras circunstâncias, as necessidades e demandas surgem da condição de vulnerabilidade e risco social em que vivem/sobrevivem determinados grupos populacionais. O próprio processo de urbanização excludente, além da fragilidade dos serviços sociais urbanos e rurais, contribui para essa situação, de tal modo que os direitos garantidos pelo processo civilizatório acabam sendo negados. A acumulação do capital nas mãos de poucas parcelas das classes sociais e a má distribuição das riquezas materiais e culturais são exemplos de fatores determinantes para a desarmonia das questões sociais.

Fundamentalmente, os direitos previstos na Constituição Federal (CF) e nas leis precisam ser garantidos fora do papel.

A garantia dos direitos precisa ser transportada para as relações da vida cotidiana, no interior das famílias, do mundo do trabalho e da economia, das instituições jurídicas, políticas e de serviços. Sem essa divulgação, disseminação, concretização e enraizamento na vida social, os direitos são desacreditados e não têm repercussões no dia a dia da maioria das pessoas (KAUCHAKJE, 2012, p. 35).

No Brasil, a vulnerabilidade e condições de risco relacionadas ao gênero recaem principalmente sobre os homossexuais e as mulheres, sendo este último grupo o foco deste trabalho, posteriormente detalhado. De modo geral, para fins de planejamento, execução e orçamento, as atividades de políticas públicas estão estreitamente interligadas uma a outra, no objetivo único de promover condições concretas de cidadania. As políticas em defesa de direitos específicos, como no caso as mulheres, partem tanto do âmbito do direito e da lei quanto das demandas e necessidades locais. Sendo assim, há de existir uma estreita conexão entre a CF, os direitos e as políticas públicas.

Em geral, as políticas públicas são financiadas por recursos federais, estaduais e/ou municipais. Os programas e serviços previstos por elas é que são desenvolvidos pelos órgãos do Estado ou por entidades e grupos sociais privados, que podem ser provenientes de doações de pessoas físicas, jurídicas nacionais ou estrangeiras, além de organizações nacionais ou internacionais (KAUCHAKJE, 2012). As políticas públicas são claramente uma forma de intervenção na vida social, fundamentada em processos de articulação de consenso ou mesmo de embate entre os atores políticos⁷, que, por vezes, apresentam interesses diversos, fruto de suas posições nas relações políticas e econômicas.

Em razão disso, as políticas precisam ter todo o seu desenvolvimento bem conduzido. Elas apresentam um ciclo que vai desde a inclusão da demanda na arena pública, passando pelo planejamento e a execução, chegando ao processo de

⁷ “Indivíduos, grupos ou organizações cujos interesses podem ser afetados, positiva ou negativamente, pelo rumo tomado por uma determinada política pública. Para defender seus interesses, os atores mobilizam recursos de poder. Aos poucos, concepções vão se formando entre os membros do governo e outros atores, e vão sendo feitas negociações com eles” (RUA, 2009, p. 58). Segundo alguns autores, os atores políticos podem ser divididos basicamente em governamentais (políticos nomeados, membros do Judiciário, empresas públicas e organizações governamentais, governadores e prefeitos, etc.) e não governamentais (instituições de pesquisa, sindicatos, associações, partidos políticos e organizações privadas, etc).

avaliação e possível reformulação diante de novas demandas identificadas (BARREIRA, 2000). De acordo com a autora, nesse contexto é preciso superar a perspectiva tecnicista e vislumbrar a avaliação participativa dos resultados e processos. É a partir da avaliação, do contínuo acompanhamento e da fiscalização que os programas e serviços sociais podem ser efetivos enquanto políticas públicas.

Para Rua (2009), o ciclo das políticas públicas envolve nove fases, sendo elas: formação de agenda, definição do problema, análise do problema, formação de alternativas, tomada de decisão: adoção da política, implementação, monitoramento, avaliação e ajuste. A sequência da dinâmica sistêmica ocorre nessa ordem, e, ao final, dá-se um novo começo. As etapas não são compreendidas como um processo linear, mas como uma unidade, por vezes contraditória. Muitas vezes, o ponto de partida não está notadamente definido, e as etapas podem acontecer simultaneamente.

É preciso entender que não apenas movimentos sociais, mas a mídia, as religiões, as empresas e os próprios representantes do governo podem e devem manifestar suas demandas e propostas para a vida em comunidade, auxiliando na formatação da agenda social. Já nesse ponto, organizações não governamentais (ONGs), conselhos, fóruns e gestores dos órgãos estatais planejam e elaboram as políticas públicas. Surge, então, um novo momento de participação da comunidade, na implementação controle e fiscalização através das conferências, conselhos e grupos criados, citados anteriormente e que auxiliam na composição de novas demandas, fechando e reiniciando o ciclo das políticas públicas.

Em todas as fases do ciclo citado, é imprescindível a participação social, que significa fazer parte de uma sociedade, compartilhar e tomar parte. Implica também em usufruir dos bens e dos recursos sociais, mas direcionar os rumos da sociedade, podendo exercer participação ainda na gestão pública e na política local. Essa participação contribui para a luta por direitos sociais, proposição de leis, políticas, programas e projetos, fiscalização e controle da sociedade civil, tudo isso através da interlocução com os detentores do poder.

Para atingir a efetividade das políticas públicas, é preciso apostar na gestão democrático-participativa e na gestão em rede. Esta trabalha com as políticas econômicas, ambientais, assistenciais, culturais e habitacionais de forma articulada. São também fruto desse tipo de gestão as parcerias entre órgãos e atores sociais de igrejas, empresas, ONGs, e do próprio Estado. Em contrapartida, é essencial

perceber que uma política pública implica decisões políticas, mas nem toda decisão política chega a ser uma política pública (RUA, 2009).

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Conforme visto na seção anterior, as políticas públicas apresentam duas faces: aquela que aparentemente é planejada pelo Estado, racional e neutra em suas ações, e a fruto das atividades e mobilizações dos atores civis que objetivam defender seus valores, interesses e necessidades. Cabe ressaltar que essas duas práticas não são opostas nem se excluem, elas por vezes coexistem. Enquanto ações governamentais, as políticas são movidas por uma agenda de políticas públicas, estabelecidas com base nas prioridades inicialmente estabelecidas. Além disso, incidem sobre elas as questões de interesse dos atores sociais.

Quando o foco se concentra nas questões de gênero, nota-se a presença dessas duas faces acima descritas: há a preocupação do Estado em planejar políticas que beneficiem as mulheres e a comunidade, sobretudo as mulheres, e há a livre organização dessas mulheres e outros indivíduos na luta pelos direitos garantidos em lei e pela incorporação de novas normas condizentes com a situação do grupo.

No entanto, é necessário ressaltar que, embora as políticas públicas possam incidir e beneficiar a esfera privada, podendo proteger a família, a religião, etc., elas não são privadas. Como argumenta Rua (2009, p. 20), “por mais óbvio que possa parecer, as políticas públicas são ‘públicas’. [...] Mesmo que entidades privadas participem de sua formulação ou compartilhem sua implementação, a possibilidade de o fazerem está amparada em decisões públicas”. Essas decisões são provenientes do reconhecimento da existência de problemas, como explica a autora. “A partir de eventos momentâneos, da forma de manifestação das demandas, das crises e das informações sobre os eventos (indicadores, estatísticas, pesquisas e outras fontes)” (RUA, 2009, p. 69).

Seguindo a classificação da pesquisadora a respeito dos tipos de demandas, observa-se que atualmente as questões de gêneros estão inseridas na categoria intitulada “demandas recorrentes”, já que expressam problemas que estão sempre voltando a aparecer no debate político e na agenda no governo. No entanto, isso

não foi sempre assim. Até meados da década de 1950, as situações da mulher eram tratadas apenas como um “estado de coisas”, ou seja, o tema não era discutido, tornando-se pauta de discussões políticas apenas a partir dos anos 1960, com as ações de movimentos feministas.

Para que algo deixe de ser um estado de coisas e se torne, de fato, um problema político, como aconteceu com as questões de gênero, é preciso haver mobilização política, sendo pela ação coletiva de grandes ou pequenos grupos dotados de fortes recursos de poder, ou até mesmo pela ação de atores individuais, que estejam situados de forma estratégica. É possível enquadrar a questão da mulher no primeiro grupo, já que foi a partir do movimento coletivo que os direitos foram adquiridos e o tema entrou em debate profícuo. Foi por meio das expressões das necessidades e aspirações dos atores políticos, que a questão da mulher conquistou a conotação de política pública.

Aqui é possível visualizar um contexto sistêmico, no qual atores se comportam ativamente e de modo interativo. Foi assim que, a partir da década de 1960, os indivíduos se mobilizaram e a implementação das políticas públicas femininas tornou-se urgente e relevante. Apesar de iniciativas pontuais ou generalizadas, o tema continua suscitando tratamento diferenciado. Com base em informações do Mapa da Violência 2012, divulgadas pelo Instituto Sangari, de 1980 a 2010 aproximadamente 91 mil mulheres foram assassinadas no Brasil, 43,5 mil apenas na última década. Trata-se de um aumento de 217,6% no quantitativo de mulheres vítimas de assassinato (WAISELFISZ, 2012).

Considerando que a violência contra a mulher afeta a vítima e toda a sociedade, ela é uma das mais recorrentes vertentes quando o tema consiste nas políticas de gênero a serem implementadas e mantidas no país. As consequências na vida da mulher são devastadoras e as implicações na comunidade se estendem aos hábitos, atitudes e perspectivas de enfrentamento. Sabe-se que é alta a possibilidade de distúrbios psíquicos e sequelas físicas, portanto, é vital a existência e manutenção de políticas públicas para essa parcela da população (WAISELFISZ, 2012).

Em 2006, a Lei n. 11.340, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, revolucionou de forma significativa o ordenamento jurídico do país e impulsionou as políticas voltadas para esse grupo. Ressalta-se, entre as principais inovações à época, a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher,

além da vedação de aplicação de penas pecuniárias aos agressores. Houve ainda a alteração do Código de Processo Penal, possibilitando ao juiz a decretação de prisão preventiva em casos em que haja riscos à integridade física ou psicológica da mulher. No art. 7º da referida lei, são definidas as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, isto é, a violência física, psicológica, sexual, patrimonial e, ainda, moral. Fora isso, a lei dispõe acerca da assistência feminina, às medidas protetivas e ao atendimento pela autoridade policial.

No entanto, apesar da ampla divulgação da lei pelo país, muito ainda há a ser trabalhado. O Nordeste continua sendo a região com as maiores taxas de homicídios, e a Paraíba é o oitavo estado do Brasil com maior incidência de morte de mulheres, superando até mesmo a média nacional. A estimativa é alarmante e tem sua matriz pautada no machismo e discriminação que ainda existem nas relações interpessoais, principalmente entre homens e mulheres. Infelizmente, o medo permanece sendo a principal causa do silêncio feminino, atuando como um obstáculo às denúncias.

As políticas públicas crescem, então, como uma manifestação contra a violação dos direitos humanos, buscando promover a conquista da igualdade de gênero. Observa-se, de forma nítida, um significativo avanço após a lei, porém as medidas protetivas precisam ser periodicamente revisadas e atualizadas, a fim de resguardar as mulheres. Além disso, é imprescindível proteger a população do pensamento machista que continua permeando a sociedade, inclusive as mulheres. Em nível mundial, o fato chegou a ser caracterizado pelo secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, como uma pandemia⁸ global, sendo a violência o exemplo mais extremo de opressão política, financeira, social e econômica (ONU, 2014).

Em 2008, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher lançaram o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, com o intuito de ampliar e aprofundar o campo de atuação do governo nas políticas públicas para esse público, utilizando estratégias como a sua participação nos espaços de poder e decisão e o enfrentamento às desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas. Entre as políticas do plano, três merecem destaque, quais sejam (BRASIL, 2008, p. 28-29):

⁸ De acordo com o dicionário Aurélio, pandemia é uma doença epidêmica amplamente difundida.

- Autonomia das mulheres: deve ser assegurado às mulheres o poder de decisão sobre suas vidas e corpos, assim como as condições de influenciar os acontecimentos em sua comunidade e país e de romper com o legado histórico, com os ciclos e espaços de dependência, de exploração e subordinação que constroem suas vidas no plano pessoal, econômico, político e social.

[...]

- Universalidade das políticas: as políticas devem ser cumpridas na sua integralidade e garantir o acesso aos direitos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais para todas as mulheres. O princípio da universalidade deve ser traduzido em políticas permanentes nas três esferas governamentais, caracterizadas pela indivisibilidade, integralidade e intersetorialidade dos direitos, e combinadas às políticas públicas de ações afirmativas, percebidas como transição necessária em busca da efetiva igualdade e equidade de gênero, raça e etnia.

[...]

- Participação e controle social: devem ser garantidos o debate e a participação das mulheres na formulação, implementação, avaliação e controle social das políticas públicas.

O Plano propõe uma intervenção pública com propósitos de ações que incluem a desconstrução das desigualdades e o combate das discriminações de gênero; a interferência nos padrões sexistas/machistas ainda presentes na sociedade brasileira; a promoção ao empoderamento das mulheres; e a garantia de atendimento qualificado e humanizado àquelas em situação de violência. Desse modo, “a noção de enfrentamento não se restringe apenas à questão do combate, mas compreende também as dimensões da prevenção, da assistência e da garantia de direitos das mulheres” (BRASIL, 2008, p. 99).

No que tange ao combate da violência contra as mulheres, as ações descritas e desenvolvidas pelo Plano incluem também o estabelecimento e o cumprimento de normais penais que possam garantir a punição e a responsabilização dos autores da violência. Já no aspecto preventivo, são observadas ações que objetivam desconstruir os mitos e estereótipos de gênero, modificando os padrões sexistas, perpetuadores das desigualdades entre homens e mulheres e da violência contra as mulheres. Os trabalhos desenvolvidos incluem ações educativas, mas também culturais, com o intuito de disseminar atitudes igualitárias e valores éticos, com vistas a valorização da paz e o respeito às diversidades de gênero sem restrições.

No país, entre as ações mais recentes, uma iniciativa das Nações Unidas do Brasil foi lançada no período carnavalesco deste ano. Com o apoio institucional da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, a campanha

“Neste Carnaval, Liberte-se do Machismo” voltou-se especialmente para homens e meninos, convidando-os ao combate a atitudes machistas no Carnaval 2015. A mobilização integrou a campanha “UNA-SE pelo Fim da Violência contra as Mulheres” da ONU, em parceria com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), sob a coordenação da ONU Mulheres (ONU, 2015).

FIGURA 1 - Arte da campanha “Neste Carnaval, Liberte-se do Machismo”



Fonte: <http://nacoesunidas.org/iniciativa-das-nacoes-unidas-no-brasil-pede-fim-do-machismo-no-carnaval-2015/>

Com o objetivo de estimular a mudança de atitudes e comportamentos machistas, enfatizando a responsabilidade masculina na erradicação da violência contra as mulheres, a iniciativa “O Valente não é Violento”⁹ circulou na rede com o uso da *hashtag* #chegademachismo. Entre as atividades, foram distribuídos adesivos e ministradas aulas orientando à desconstrução do estereótipo de masculinidades, direitos sexuais e violência contra as mulheres. A campanha

⁹ Eliminação da violência de gênero – “O Valente não é Violento” é uma iniciativa da campanha UNA-SE Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, do Secretário Geral das Nações Unidas, que conta com o envolvimento de todas as agências da ONU e é coordenada pela ONU Mulheres. No Brasil, a ação conta com o apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Os trabalhos executados podem ser conferidos em <http://www.ovalentenaovievolento.org.br/>.

utilizou-se ainda de vídeos educadores com entrevistas sobre estereótipos de gênero.

Outra campanha oriunda de políticas públicas governamentais foi a “Neste Carnaval, perca a vergonha, mas não perca o respeito”, chamando a atenção dos foliões sobre a importância de manter a festividade livre de assédio e violência. Ao *slogan* principal, somavam-se outros comandos, como “Neste carnaval, perca a vergonha. Denuncie. Ligue 180” e “Neste carnaval, perca a vergonha. Proteja-se. Use camisinha”.

FIGURA 2 - Uma das artes da campanha “Neste carnaval, perca a vergonha, mas não perca o respeito



Fonte: <http://nacoesunidas.org/no-carnaval-nacoes-unidas-lancam-campanha-pela-nao-violencia-contra-as-mulheres-e-a-favor-do-uso-da-camisinha/>

A ação fez uso de situações concretas do comportamento da sociedade brasileira, com enfoque no carnaval de rua. A campanha levou em consideração a pesquisa do Instituto Avon/Data Popular realizada em dezembro de 2014. A partir dela, foi constatado que 96% da juventude considera existente o machismo no Brasil, 53% das mulheres jovens e 49% dos homens jovem aprovam valores machistas e, ainda, 78% delas já foram assediadas em locais públicos. Além dessa, outra pesquisa elaborada pelo Ministério da Saúde e divulgada em janeiro de 2015 revelou que 45% da população brasileira não usa camisinha nas relações sexuais (PORTAL BRASIL, 2014).

Como forma de trabalho, a iniciativa foi no sentido de orientar a população sobre como identificar atitudes violentas, o que fazer e quais são os serviços

existentes para esses casos. Na internet, as peças podiam ser vistas nos compartilhamentos de postagens no Facebook e em missões especiais no Instamission e *Instagram*, com o uso da *hashtag* #naopercaorespeito (ONU, 2015). Exemplos como esses apontam para uma constante tendência em fazer uso de formas tradicionais como divulgação das políticas públicas, considerando apenas os meios tradicionais de comunicação e os processos unidirecionais ou, no máximo, com um pequeno *feedback* como forma de “diálogo” com os indivíduos interessados.

3.3 O USO DAS MÍDIAS DIGITAIS NA DIVULGAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Por muito tempo, a forma comum de divulgação das políticas públicas se restringiu à radiodifusão e à mídia impressa, acompanhando os aparatos tecnológicos utilizados como forma de comunicação em cada época. No período da ditadura no Brasil, no entanto, essa realidade tornou-se ainda mais restrita e combatida. Por outro lado, a censura, a coerção explícita e a proibição às manifestações sociais fizeram com que as políticas públicas se voltassem para as comunicações, sobretudo a partir de 1964, na luta pela liberdade de expressão (PIERANTI; MARTINS, 2008).

A fim de propagação, o fluxo comunicacional seguia o modelo tradicional de um para todos, inserido em um sistema massivo. De acordo com Lemos e Lévy (2010), as mídias de massa eram utilizadas como formação de opinião pública, primeiro pelo impresso e, mais tarde, pelos meios audiovisuais, como o rádio e a televisão. No entanto, sobretudo na última década, passou-se a ter a cibercultura como pano de fundo para novas práticas comunicacionais, políticas, sociais e culturais, mediante a sociedade influenciada pela tecnologia digital.

As tecnologias marcam profundamente a totalidade do corpo social através dos modos de produção e de consumo, das formas de comunicação e da normalização da vida social. Para analisar a tecnologia, precisaríamos compreender as representações da tecnologia em primeiro lugar, ou seja, as inovações tecnológicas inseridas como objetos de consumo (LEMOS, 2010, p. 107).

É nesse cenário de constantes transformações que as políticas públicas voltadas às mulheres estão sendo trabalhadas e carecem de tratamento especial para que acompanhem as inovações tecnológicas e suas derivações. Para Lemos

(2010, p. 115), “esta nova qualidade de interatividade (eletrônico-digital), com os computadores e o ciberespaço, vai afetar de forma radical a relação entre o sujeito e o objeto da contemporaneidade”. É essa a fase que o autor chama de abolição do espaço físico, não porque ele não mais exista, mas porque se trata agora de um tempo instantâneo, no qual o ativismo político pode se espalhar mundialmente com alguns cliques e um engajamento virtual/real. Nesse período, a interconexão das pessoas, espaços e tecnologias tem propiciado um aumento nas interações sociais.

Em uma era de conexões, a internet pode ser entendida como um novo lugar.

Um ambiente diferente. Internet não é apenas uma nova mídia, um canal de comunicação. Com relação aos demais meios de comunicação e informação, a Internet é mais abrangente. Ela não apenas aproxima as pessoas. Ela cria um novo lugar de convivência. A Internet é um mundo diferente daquele no qual crescemos” (PEREZ; BARBOSA, 2008, p. 383).

Na comunicação voltada para conteúdos e mídias digitais, o diálogo como forma de engajamento é o diferencial. As pessoas querem conversar. Elas querem participar de projetos que tenham a ver com seus interesses. É nesse ponto que as ferramentas tecnológicas são criadas para dar vazão às emoções humanas. Pessoas gostam de pessoas. É imprescindível a incorporação das novas mídias no diálogo com as novas gerações. Por meio delas, é possível vislumbrar possíveis descontentamentos sistêmicos e impulsionar os diálogos. A valorização das redes e as novas mídias digitais funcionam como ferramentas de conversação e construção de formulações e ações articuladas.

Como indica Shirky (2011, p. 61):

Agora temos à nossa disposição as ferramentas e as novas oportunidades que elas viabilizaram. Nossas novas ferramentas não causaram esses comportamentos, mas o permitiram. Uma mídia flexível, barata e inclusiva nos oferece agora oportunidades de fazer todo tipo de coisas que não fazíamos antes.

Por outro lado, é essencial ressaltar que as oportunidades são viabilizadas pelas novas tecnologias, já que as redes digitais barateiam o compartilhamento e potencializam a participação, mas são os indivíduos que criam tais possibilidades. Isso ocorre gradativamente ao longo do tempo, não sendo de maneira instantânea, tendo em vista que “esses pequenos novos comportamentos [...] são extensões de

padrões muito mais antigos das nossas vidas como criaturas sociais, muito mais do que substitutos desses padrões” (SHIRKY, 2011, p. 94). Há que entender também o aspecto cultural que envolve a mudança desses comportamentos, como o autor afirma mais adiante: “a cultura não é apenas um aglomerado de comportamentos individuais; é um conjunto de normas e comportamentos aceitos coletivamente num grupo” (SHIRKY, 2011, p. 122).

No caso das mídias digitais o que acontece é que a internet se torna uma máquina de oportunidades, de tal forma que até mesmo os pequenos grupos passam a ter os recursos necessários para criar novas utilidades com bem menos obstáculos do que anteriormente, como reforça Shirky (2011). Em alguns casos, os indivíduos são convidados a participar do processo, já em outros o envolvimento se dá de forma espontânea - eles se articulam de forma a criar estruturas que correspondam às suas necessidades e desejos.

Shirky (2011) explica que o que tornou essa nova configuração possível foi que enquanto no século XX a mídia focava apenas o consumo, hoje ela possui três focos diferentes: o consumo, a produção e o compartilhamento. “Sempre gostamos dessas três atividades, mas até há pouco tempo a mídia tradicional premiava apenas uma delas” (SHIRKY, 2011, p. 25). Com base nessa perspectiva, nota-se que a capacidade individual de criação e compartilhamento tem permeado os novos mecanismos de comunicação, transformando inclusive o conceito de mídia e os seus usos, como afirma o autor.

Dessa maneira, tem-se que a internet fornece os recursos e facilita as aproximações, mas é o engajamento das comunidades que, de fato, conduzirá a eficácia do uso das mídias digitais. A ideia não é sobrepor as características da internet e mídias digitais em relação às tradicionais. O objetivo não é promover uma articulação em defesa de uma forma de comunicação ou outra, mas sim reunir o que há de melhor em cada uma delas para que as políticas públicas voltadas às mulheres possam alcançar seus objetivos de maneira mais completa.

Adota-se a concepção de Di Felice (2008), quando ele se opõe a uma posição evolutiva ou diacrônica. Para o autor **ele**, “as tecnologias comunicativas de massa e aquelas digitais e colaborativas convivem contemporâneas e distintas” (2008, p. 19). A noção dualista de convivência entre as mídias massivas e as tecnologicamente interativas exclui qualquer percepção de superação. Com base nos estudos de Di Felice, entende-se que o mundo atual vive o prolongamento de uma fase de

transição¹⁰, que se apresenta à percepção dos indivíduos como algo novo, mas ao mesmo tempo, às vezes, como continuação do velho. É o que Bolter e Grusin (1998) chamam de “remediação” – na cibercultura as práticas são reconfiguradas. Surgem novas modalidades midiáticas e expressões, novos espaços, mas sem a substituição de seus respectivos antecedentes.

Propor um elo entre as políticas públicas e a comunicação significa visualizar a comunicação pública como guarda-chuva para elas, enquanto comunicação de interesse público e não apenas à comunicação emitida no âmbito da administração pública e às práticas comunicacionais dos governos. De acordo com Prado e Lopes (2011), o primeiro ingrediente para essa união é um espaço de negociação entre os interesses das diversas instâncias de poder constitutivas da vida pública. O segundo tem duas faces, que se referem ao interesse público e à transparência, calcados no direito à informação como direito fundamental do cidadão. Por fim, o terceiro ingrediente - o efeito desejado a partir da comunicação pública praticada: a participação nas decisões públicas.

Os atores da sociedade civil valem-se dos recursos das mídias digitais para alcançar os propósitos potencialmente democráticos, e isso precisa ser potencializado. Por meio dessas mídias a população pode se associar de forma efetiva, agindo voluntariamente por meio de grupos, sendo mais eficaz do que movimentos isolados para organizar e divulgar informações. Por meio dessas novas mídias, é possível superar obstáculos territoriais e desenvolver aptidões cívicas e políticas dos indivíduos. É ainda por meio delas que a sociedade pode eleger representantes de seus interesses, para sustentar o debate na esfera pública, pressionando os representantes políticos e atuando como parceiros das mudanças necessárias.

Por meio das mídias digitais, é possível circular histórias e valorizar lembranças, construindo uma teia de interações, seja por meio de chats, fóruns, listas de grupo e outros dispositivos, fazendo crescer no ciberespaço conversações a respeito de todo tipo de questões. No âmbito das políticas públicas, é possibilitada a construção de uma identidade coletiva, baseada no ativismo político e na semelhança de valores e interesses. A exemplo de várias comunidades brasileiras, a internet é usada como espaço de lutas por reconhecimento, seja no questionamento

¹⁰ Para Di Felice (2008), nessa fase de transição as velhas e as novas formas de comunicação se entrelaçam e se sobrepõem em um duplo movimento de adequação das mídias.

das representações estigmatizantes, seja na promoção de projetos culturais e educativos desenvolvidos na localidade, ou seja, ainda, para divulgar as atividades já implementadas.

As mídias digitais servem, portanto, como veículos de empoderamento dos cidadãos. Através delas, é permitido ganhar voz sem a necessidade de privilégios financeiros, étnicos ou geográficos. São esses espaços virtuais que impulsionam o debate a respeito da exclusão simbólica em relação aos outros atores sociais. Por meio deles o diálogo é estendido para além do face-a-face. É importante ressaltar que não se trata de defender a politização apenas nos ambientes virtuais, mas sim de utilizar estes ambientes de forma positiva e utilitária.

As oportunidades oferecidas pela internet - como um complexo de conteúdos e um ambiente de conexão e interações - devem ser vistas de modo associado com as motivações dos próprios atores sociais e com os procedimentos da comunicação efetivamente adotados. [...] A internet facilita a operacionalização de formas variadas de participação em âmbitos distintos - no nível local, nacional e transnacional. Atores coletivos críticos da sociedade civil têm utilizado os recursos da rede para gerar conhecimento técnico-competente, memória ativa, recursos comunicativos, exigência de prestação de contas e solidariedade à distância (MAIA, 2007, p. 13).

Recentemente, algumas políticas públicas têm adotado ações com o uso das mídias digitais. Em maio de 2014, um aplicativo pioneiro na América Latina, intitulado “Clique 180”, foi lançado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, como parte da campanha nacional “Violência contra as Mulheres - Eu ligo”. Desenvolvido pela ONU Mulheres, com apoio da Embaixada Britânica, a ferramenta faz parte de uma série de políticas que trabalham em prol do combate à violência contra mulheres (ONU, 2014).

De acordo com o *hotsite* do aplicativo, a ferramenta fornece os seguintes itens:

- Informações sobre os tipos de violência contra as mulheres;
- A localização dos serviços da Rede de Atendimento e a rota para chegar até eles;
- Um passo a passo detalhado sobre como agir e que tipo de serviço procurar em cada caso de violência contra as mulheres;
- Um botão para ligar diretamente para o 180 (a Central de Atendimento à Mulher para informações e denúncias);

- A Lei Maria da Penha;
- Uma ferramenta colaborativa para mapear os locais da cidade que oferecem riscos às mulheres.

O público-alvo do aplicativo são as mulheres vítimas de violência, bem como pessoas que trabalham com o tema, que tenham interesse em saber mais sobre o assunto ou em obter informações de como auxiliar uma mulher em situação de violência.

FIGURA 3 - Tela do aplicativo “Clique 180” na *playstore*



Fonte: Dados da pesquisa, 2015

Após a instalação, ao abrir o aplicativo, uma tela de disfarce é acionada. Para removê-la, o usuário de iOS ou Android deve agitar o aparelho ou tocar na tela quatro vezes seguidas com dois dedos. Uma das funcionalidades do *app* é a indicação dos locais da cidade do usuário que apresentam risco para as mulheres através de ocorrências registradas por outros usuários. Além disso, é possível ajudar

a mapear ruas, prédios, pontos de espera por transporte público e outros espaços públicos que podem ser potenciais locais de risco, enviando relato e foto.

Manuseando o “Clique 180”, é possível observar que, de fato, o aplicativo apresenta uma série de informações relevantes a respeito do tema, e que o resultado corresponde à proposta em alguns aspectos. No entanto, algumas funcionalidades poderiam ser exploradas de maneira mais intuitiva, facilitando a navegabilidade entre as opções do *app*. Além disso, poderia ter sido contemplada uma divulgação de forma mais intensa nas redes sociais, em paralelo com as mídias tradicionais. Na prática, foi veiculada uma peça publicitária para televisão, com duas atrizes incentivando o uso do aplicativo.

Assim como a iniciativa citada, outras têm sido desenvolvidas por indivíduos envolvidos em políticas públicas ao longo do território nacional. A partir da observação da carência de divulgação e do alcance de tais ações, segue uma abordagem da realidade de propagação de políticas públicas encontradas na cidade de João Pessoa, capital paraibana, com a perspectiva de indicar caminhos que auxiliem na difusão das políticas públicas locais de forma mais eficaz e produtiva.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A partir da compreensão de que o trabalho monográfico é um estudo sistemático e que deve ser feito com profundidade, o presente estudo adota a ideia de Alves (2003), quando este defende o uso de um método específico para a investigação científica, tendo como objetivo contribuir e enriquecer o exame científico, colaborando para o avanço da ciência, conforme defende o autor. Ao levar em consideração a perspectiva de Mattar (1999), trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com base em conhecimentos teórico-empíricos. Isto porque há a prioridade de conhecer toda a extensão da situação e levantar os significados do fenômeno estudado.

Quanto aos objetivos de estudo, a pesquisa é exploratória e explicativa (GIL, 2007). Exploratória porque, em um primeiro momento, busca ampliar o conhecimento a respeito das políticas públicas destinadas às mulheres vítimas de violência, bem como as estratégias comunicacionais utilizadas nos diálogos entre os atores. A escolha da vertente exploratória se deve ao entendimento de ser este o passo inicial no processo de investigação. É ele quem auxilia na formulação de significativas hipóteses, como apontam Cervo, Bervian e Silva (2009).

Em consonância com o pensamento de Mattar (1999) e Alves (2003), antes de qualquer coisa, busca-se um embasamento na contextualização do tema, mediante as possibilidades de conceituação das políticas públicas. Para tanto, são levados em consideração os aspectos socioculturais e econômicos do fenômeno, caracterizando a pesquisa explicativa. Eles são essenciais ao estudo, pois situam o objeto em seu ambiente – neste caso, a capital paraibana, João Pessoa.

Como primeiro passo, foi realizado um levantamento bibliográfico, com a finalidade de apanhar o que fosse essencial para a compreensão da análise que segue nesse estudo, mediante os conteúdos vistos em disciplinas anteriores, ao longo do curso de Especialização em Gestão Pública, e fontes primárias (impressas e eletrônicas), dialogando com autores da área e os oriundos da Comunicação. Esta abordagem está fundamentada por Duarte e Barros (2005, p. 52), ao afirmarem que “durante a realização da pesquisa [...] a consulta à bibliografia pertinente é uma atividade que acompanha o investigador, o docente e o aluno e, ao mesmo tempo, orienta os passos que devem seguir”.

Com o intuito de alcançar os objetivos traçados no início da pesquisa, foi utilizado um conjunto de procedimentos e instrumentos de coleta de dados. Em primeiro lugar, as políticas públicas presentes em João Pessoa, capital paraibana, foram adotadas como universo de pesquisa. A escolha da cidade consistiu na observação da pesquisadora, que reside no local e constatou a carência da população em saber informações concretas a respeito das políticas desenvolvidas no município. Por conseguinte, em razão de ser uma cidade que tem apresentado altos índices de violência contra a mulher, principalmente originada por seus companheiros_(as).

Para executar a pesquisa, fontes documentais apontaram quais são as políticas mais representativas na região, direcionando o estudo para os projetos de implementação e divulgação de suas ações locais. A fim de verificar até que ponto vai sua efetividade, delimitou-se como amostragem o trabalho desenvolvido pela Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres (SEPPM), organismo da Prefeitura Municipal de João Pessoa, criada pela Lei 11.902, de 29 de março de 2010, alterando a Lei 10.429 de 14 de fevereiro de 2005, que criou a Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres.

De acordo com o portal da instituição,

A Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para Mulheres tem como papel fundamental contribuir para a promoção da equidade de gênero, por meio da implementação de políticas públicas que efetivem os direitos humanos das mulheres e elevem sua cidadania, superando as situações de desigualdades vivenciadas pela mulher na sociedade.

A operacionalidade escolhida foi o estudo de caso. De acordo com Goode e Hatt (1979 apud DUARTE E BARROS, 2005), este modelo conceitual é um método de olhar para a realidade social. Sendo assim, foi adotada por conveniência uma amostra das ações que melhor representam o que este estudo pretende mostrar e discutir. Ou seja, optou-se como procedimento o recorte de algumas ações implementadas como mecanismos de políticas públicas que tiveram repercussão mais representativa. Foram investigadas as formas de comunicação com o público-alvo e a sociedade em geral, sobretudo no que tange ao uso das mídias digitais, para, a partir disso, vislumbrar uma nova possível abordagem para tais ações.

Esse é o intuito maior da pesquisa: retomar os conhecimentos prévios e tecer contribuições, indicando como as mídias digitais podem ser utilizadas – ou mais bem trabalhadas, relatando à comunidade científica e à sociedade os resultados, que poderão incluir até mesmo os primeiros “rascunhos” de novas políticas públicas que contemplem as necessidades encontradas, não apenas divulgando, mas provocando a imersão e participação das mulheres da cidade, inclusive na propositura de novas atividades.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Na Paraíba, mais especificamente na capital, João Pessoa, algumas ações enquadradas como políticas públicas têm sido desenvolvidas perante a comunidade. Uma de iniciativa do governo, outras da população - em comum a luta pela conscientização dos operadores de direito sobre a violência de gênero e o suporte psicológico e jurídico à mulher vítima de agressão, seja ela física, moral, sexual ou psicológica.

Mediante a pesquisa, foi identificada a existência dos seguintes mecanismos dentro do tema abordado: Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres (SEPPM), Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH), Rede Estadual de Atenção às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica (Reamcav) e Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Dentre os serviços desenvolvidos no estado, estão as delegacias especializadas, a Casa Abrigo, os Centros de Referência da Mulher (municipal e estadual), o Programa SOS Mulher - que fornece celulares com dispositivo de alerta para mulheres ameaçadas de morte, e o Centro da Mulher 8 de Março.

Além dessas, outras iniciativas têm sido desenvolvidas em paralelo, como a Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves (FDDHMMA), fundada em 1994 - entidade da sociedade civil, sem fins lucrativos, regida pela legislação aplicada às fundações, sendo sucessora do antigo Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba. A Fundação é consolidada como uma entidade atuante na defesa dos Direitos Humanos, principalmente em atividades de educação popular, promovendo o acesso à justiça.

Também na capital paraibana, a Cunhã Coletivo Feminista - organização não governamental sem fins lucrativos - desenvolve seus trabalhos desde 1990, com a missão de promover igualdade de gênero, tendo como referências os direitos humanos, o feminismo, a justiça social e a democracia. Entre suas atividades, está a intervenção em políticas públicas voltadas para as mulheres. Atualmente, a Cunhã Coletivo Feminista atua em consonância e articulada às lutas femininas locais e nacionais do movimento de mulheres.

Dentro desse universo, a escolha voltou-se sobre a SEPPM devido à percepção de que, entre as iniciativas existentes no município, ela é a que melhor representa as políticas públicas em João Pessoa, pelo conjunto de práticas que

apresenta e pelas ações de divulgação e propagação que utiliza. Enquanto isso, as demais não apontam elementos suficientes para alimentar a presente pesquisa, por investirem pouco em divulgação e serem pouco conhecidas na localidade. Sendo assim, o desenvolvimento da análise pode, inclusive, contribuir para que também estas incrementem suas atividades a fim de atingir as metas propostas.

5.1 SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES E SUAS ATIVIDADES

Criada pela Lei 11.902, de 29 de março de 2010, a Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para Mulheres (SEPPM), como já mencionado, é um organismo da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Localizada na Praça Pedro Américo, 70 / Térreo, no Centro da capital, a Secretaria presta atendimento ao público de segunda a sexta, em horário comercial e pelo e-mail da instituição.

De acordo com a própria Secretaria, desde sua origem, a iniciativa tem se constituído de um espaço estratégico de incentivo a outros órgãos municipais no compromisso de incentivar ao avanço na cidadania e contribuir para a mudança de mentalidades, visando também reforçar a relação entre o poder público, ou seja, o governo municipal, e as representações populares, sobretudo os movimentos de mulheres e feministas, com o objetivo maior de uma sociedade justa e igualitária.

As atividades e ações da SEPPM são desenvolvidas por meio de quatro áreas consideradas de vulnerabilidade para a qualidade de vida e autonomia das mulheres. São elas [\(REF\)](#):

- Educação: tem o objetivo de contribuir para a mudança de comportamento da sociedade e para o enfrentamento estrutural da desigualdade e discriminação entre homens e mulheres. A intenção é combater qualquer estereótipo de gênero, raça, etnia e orientação sexual. Inerente à essa área, algumas ações desenvolvidas são a sensibilização e formação do corpo docente, discente e demais profissionais da educação do município, visando a educação inclusiva; rodas de diálogo sobre as mulheres no mundo do trabalho e ações de educação inclusiva com grupos de mulheres de comunidades de baixa renda;

- Enfrentamento à violência contra a mulher: objetiva elaborar e desenvolver ações que visem à prevenção e o combate de situações de violência de gênero na cidade de João Pessoa. Entre suas ações estão as atividades desenvolvidas pelo

Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra (CRMEB)¹¹ e o serviço de atendimento às mulheres vítimas de violência. Dentro dessa coordenação, merecem destaque as seguintes atividades:

- Cirurgias reparadoras para as mulheres vítimas de violência física – possibilita o acesso às cirurgias plásticas nos hospitais municipais para a correção das seqüelas deixadas pelas agressões.
- Programa de Capacitação para a Rede de atenção às Mulheres Vítimas de Violência – promover a integração e articulação dos serviços e instituições de atendimento às mulheres em situação de violência, por meio de formação e fortalecimento da rede de Atendimento às Mulheres em situação de violência.
- Capacitação das servidoras e dos servidores do Município sobre violência de gênero, com o objetivo de sensibilizar e informar a rede de atendimento.
- Campanhas educativas nas principais festividades do calendário efetivo do município.
- Programas de rádio para as rádios internas direcionados para os/as servidores/as municipais que circulam nos espaços da Prefeitura, tendo como foco a intervenção e sensibilização para prevenção da violência contra a mulher.

- Saúde, direitos sexuais e direitos reprodutivos: a coordenação tem o intuito principal de contribuir e influir na elaboração e execução de ações da Política de Saúde da Mulher no Município de João Pessoa. Suas atividades são desenvolvidas por meio da educação permanente, da articulação política juntos a setores do governo e da sociedade civil, entre outras.

- Trabalho e enfrentamento à pobreza: a última área tem o objetivo de propor políticas públicas que tratem do empoderamento de mulheres em situação de vulnerabilidade econômica, social, pessoal, política e cultural. A ideia é inserir essas mulheres no mundo do trabalho, para que gerem renda, sejam financeiramente autônomas e, conseqüentemente, elevem sua autoestima. Para atingir tal fim, é feito um trabalho de divulgação dos produtos comercializados pelas artesãs; cursos, seminários, oficinas e palestras são oferecidas às mulheres; e linhas de crédito específicas são disponibilizadas para artesãs e outras profissionais.

¹¹ De acordo com a Secretária da SEPPM, Giucélia Figueiredo, em entrevista concedida para esta pesquisa, o CRMEB é um espaço que acolhe, orienta e encaminha as mulheres para a Rede de Atendimento. Ele conta com uma equipe multiprofissional composta por psicólogas, assistentes sociais, advogada e arte educadoras.

5.2 ANÁLISE DAS AÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DESENVOLVIDAS PELA SEPPM

Em meio às atividades descritas na seção anterior a respeito das ações desenvolvidas pela SEPPM, algumas ações apresentam relevância fundamental para o presente estudo. Atualmente, tem sido realizada a campanha intitulada “Isso Não é Normal”, que funciona exclusivamente nas redes sociais. Para tanto, foi criado o *slogan* #JPsemMachismo. A iniciativa da Prefeitura de João Pessoa é fruto de uma parceria da SEPPM com a Secretaria de Comunicação. A divulgação consiste em *post banners* com os temas abordados. Além disso, gravações de depoimentos de mulheres e homens sobre o assunto, bem como a criação de placas com frases para que as pessoas possam publicar nas suas redes sociais, integram a campanha.

FIGURA 4 - Slogan da campanha “Isso Não é Normal”



Fonte: Divulgação, 2015

De acordo com a Secretária da Pasta, a ação teve início em 2014, mas a SEPPM decidiu intensificá-la. O intuito maior do trabalho é chamar a atenção tanto das mulheres quanto dos homens a respeito de algumas atitudes consideradas normais, mas que na verdade são machistas. Nessa perspectiva, os materiais produzidos incluem diversos temas, entre eles o beijo forçado, a cantada de rua e o assédio moral.

FIGURA 5 - Material produzido para a campanha “Isso Não é Normal”



Fonte: Divulgação, 2015

No primeiro momento algumas pessoas poderiam achar que a campanha seria “abraçada” apenas pelas mulheres, porém, a equipe da SEPPM está registrando uma grande adesão dos homens. Estamos atuando com a ação na tenda do Busto de Tamandaré da campanha “João Pessoa Verão”, e lá presenciei vários homens solicitando as placas para fazerem o registro fotográfico, como também, incentivando para que suas companheiras façam o mesmo. Tivemos também o caso de um pai que colocou a placa com a frase “Chega de Violência” nas mãos da sua filha, que ainda é uma criança. Através dessas atitudes podemos perceber que não são apenas as mulheres que querem o fim do machismo, os homens também (informação verbal)¹².

¹² Informação coletada em entrevista com a Secretária da SEPPM, Giucélia Figueiredo.

FIGURA 6 - Homens e mulheres aderem à campanha “Isso Não é Normal”



Fonte: Divulgação, 2015

Ao observar a campanha desenvolvida pela SEPPM, constata-se que foram utilizados elementos das mídias digitais, como o trabalho direcionado às redes sociais e o uso da *hashtag*, presente em publicações do *Twitter* e incorporado por outras plataformas, como o *Facebook*. Com base nisso, é perceptível a intenção em promover uma identificação com homens e mulheres de todas as idades, sobretudo os jovens. A iniciativa pressupõe a participação dos internautas, postando, curtindo e compartilhando as imagens de outros internautas, como forma de propor uma forma de interação com os usuários, mesmo que de forma incipiente. Através de comentários e debates acerca dos temas abordados, a Secretaria busca um *feedback* de homens e mulheres envolvidos com a campanha.

A campanha incentiva ainda as mulheres a denunciarem os casos de violência, especialmente aqueles que são considerados “normais” – quando a mulher acredita ser culpada pela agressão ou que o ato foi um caso isolado e não haverá reincidência. Além de educar, a ação visa alertar às mulheres que elas podem e devem procurar os mecanismos de denúncia, por meio da Central Nacional de Atendimento à Mulher (Disque 180) ou da Delegacia da Mulher, ressaltando que o machismo e as questões de gênero, raça e diversidade sexual também compõem o trabalho educativo das políticas públicas.

Ao considerar o que foi elencado ao longo da fundamentação teórica, e adequando o conteúdo ao contexto apresentado na campanha realizada pela SEPPM, evidenciam-se traços da inclusão de ferramentas costumeiramente disponíveis nas redes sociais e do universo dos seus usuários. Apesar de a iniciativa buscar “falar a língua” de um número maior de indivíduos – que fazem uso das mídias digitais – observa-se, nesta campanha, bem como em outras que não estão no corpus deste trabalho, mas que apresentam características similares a “Isso Não é Normal”, o uso reduzido das várias ferramentas disponíveis com a internet.

A possibilidade de fotografar uma imagem com alguma frase intrínseca à campanha revela-se apenas como fruto de uma interação reativa, como aponta Primo (2008). Por meio dela, são nítidas as limitações da interação, proporcionando um processo de ação e reação, onde o indivíduo/internauta apenas responde aos estímulos da produção, estando restrito a ela. Se levados em consideração os estudos do autor, com base na classificação de interação reativa ou mútua, vê-se que a interação efetiva ultrapassa uma simples resposta, como no caso, o registro de uma fotografia com algum *slogan* da iniciativa.

Correlacionando os estudos da Comunicação ao fenômeno pautado na Gestão Pública, mais especificamente na pesquisa das Políticas Públicas, sugere-se à campanha o investimento em ações de interação mútua, nas quais os indivíduos possam estabelecer verdadeiras trocas com os emissores da mensagem, através do envolvimento e diálogo entre os atores de tais políticas. Dessa forma, poderiam ter sido criados estímulos para que homens e mulheres se envolvessem de forma mais eficaz com a campanha, com base na gama de opções oferecidas pelas mídias digitais.

Com base no pensamento de Shirky (2011), quando cita os três focos – consumo, produção e compartilhamento –, nota-se que os indivíduos não querem apenas “consumir” as mensagens, eles almejam e precisam ser provocados como produtores de conteúdo, fazendo o compartilhamento de forma mais livre. Para tanto, a capacidade individual de criação tem transformado inclusive o conceito de mídia e poderia ter sido mais bem aproveitada na campanha “Isso Não é Normal”, da SEPPM. Com as redes digitais, as mídias estão mais fluidas e os níveis de participação dos cidadãos muito mais desenvolvidos.

Nos últimos anos, as redes sociais têm potencializado os relacionamentos interpessoais e coletivos nas mídias digitais. O engajamento e a sensação de

imersão também são características presentes nas atuais mídias digitais e poderiam ter sido mais bem aproveitadas em prol da propagação das políticas públicas em questão. Elas possibilitam aos homens e mulheres vivenciarem a mensagem registrada pela fotografia, realizarem experiências que não estejam restritas à escolha entre alternativas já programadas dentro de parâmetros previamente estabelecidos. O objetivo aqui é defender uma participação mais aberta e dinâmica dos atores sociais e políticos, para que possam dialogar com maior liberdade e se comportar de maneira mais ativa e participativa do processo comunicacional que permeia as políticas públicas, já que o foco deve ser atingir e cativar as mulheres vítimas de violência.

No caso em questão, o envolvimento dos indivíduos poderia ter sido mais bem explorado se a campanha também tivesse promovido a oportunidade dos cidadãos se manifestarem ativamente, não apenas registrando-se àquele momento de apoio à causa. Em tempos de mídias digitais, a efetiva participação dos indivíduos poderia ter conduzido os atores a uma sensorialidade mais estreita. Observa-se que os espaços públicos, principalmente, têm servido de palco para que as iniciativas tenham maior evidência, contribuindo para a interatividade como forma de atingir o público-alvo das políticas públicas.

Na campanha apresentada, uma página no *Facebook* e o investimento em mídias móveis – a exemplo do celular – ajudariam na concentração de usuários envolvidos na ação. Essas ferramentas poderiam auxiliar no prolongamento da sensação de envolvimento com o que está sendo pregado pelas diretrizes das políticas públicas. Tudo isso decorre de mudanças sociais, políticas e econômicas. São novas práticas, hábitos, usos e necessidades que fazem eclodir o empoderamento da mulher. Diante disso, as trocas estabelecidas são reflexos do contexto cultural atual, no qual as mídias digitais têm se apresentado como ambientes propícios ao efetivo relacionamento, envolvendo todos que delas participam.

Em uma sociedade na qual é impossível viver desconectado, a mesma necessidade de identificação física pode ser levada para o cenário das mídias digitais, de forma que as mídias atuais se tornam mídias de relacionamento. É por meio da convivência entre os indivíduos nas mídias digitais que o processo de comunicação e a propagação das políticas públicas podem se tornar mais participativos. A participação dos cidadãos de maneira ativa na sociedade não é

mais uma proposta para o futuro; ela ultrapassa o caráter de tendência e se apresenta como um novo paradigma, centrado em uma colaboração mais avançada, denominada pelos autores da Comunicação como “cocriação”, “coprodução” ou “coautoria”. É possível estabelecer uma relação direta entre essas práticas da Comunicação e as Políticas Públicas, já que ambas lidam diretamente com os indivíduos e suas práticas sociais. Nesse caso, os aparatos comunicacionais servem como potencializadores do alcance das metas das políticas públicas vigentes, e até mesmo como impulsionadores ao surgimento de novas ações de políticas que contemplem características dos envolvidos que até então não eram destacadas.

Tendo em vista que a convergência midiática tem tido grande espaço nas práticas sociais, sugere-se ainda o trabalho em paralelo com diferentes plataformas e mídias. O indivíduo, enquanto telespectador, pode assistir à peça televisiva e ser conduzido à internet, onde terá as ferramentas necessárias para participar, enquanto internauta, adquirindo conhecimento sobre o tema.

No caso abordado, a fim de atingir um maior número de mulheres e adeptos à causa, mecanismos como *Instagram* e *broadcastings* poderiam ter sido utilizados em paralelo com as mídias tradicionais, fazendo um gancho impulsionador de divulgação. A partir das redes sociais como, por exemplo, uma página no *Facebook*, a campanha poderia convidar as pessoas a participarem de uma proposta colaborativa, contando seus próprios depoimentos e tendo suas histórias retratadas como parte da ação. Além disso, um desdobramento *mobile* auxiliaria na disseminação da política abordada, por meio de um *app* que desse continuidade ao objeto tratado.

Uma prática antiga que se renova nas mídias digitais é o *storytelling* – a arte de contar histórias. Com novos recursos e práticas de imersão, a estratégia pode ser usada na disseminação das políticas públicas. Por natureza, a narrativa é envolvente e tem uma influência imensurável, e quando o direcionamento é a internet, ela atinge outro patamar, essencial para o engajamento das pessoas em torno das ideias. Dessa forma, por meio da narrativa, diferentes públicos, de diferentes idades, sexos, situações políticas e econômicas podem conhecer melhor as atividades implementadas pelas políticas públicas e envolver-se na causa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar em políticas públicas e sua efetividade requer entender, em primeiro lugar, quais são elas e como são trabalhadas no ambiente em que são desenvolvidas. Tendo isso em vista, o presente trabalho teve início no estudo das políticas públicas voltadas às mulheres vítimas de violência em João Pessoa, capital paraibana, com o intuito de observar como elas são realizadas e, principalmente, divulgadas para o público-alvo.

Partindo do lugar de fala da pesquisadora, que vem da Comunicação Social, o interesse foi consolidado com a percepção de que as questões de gênero têm sido muito discutidas, mas pouco evidenciadas em termos práticos no município recortado para a análise. Em um país que é considerado pela Organização das Nações Unidas como a nação que tem a terceira melhor lei do mundo no combate à violência doméstica – Lei nº. 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha –, é preocupante observar que muito se tem escrito e discutido a respeito da abordagem, mas que a prática não tem sido suficiente para erradicar o problema.

Tendo em vista que a sociedade tem vivido e se desenvolvido em meio a práticas inerentes à cultura digital, vislumbrou-se que o uso das mídias digitais poderia ajudar na implementação e divulgação das atividades desempenhadas pelos agentes de políticas públicas. Foi com esse intuito, o de contribuir para o objetivo a que se destinou a pesquisa, que o estudo contemplou as formas de propagação das políticas de gênero na cidade em questão.

A partir da escolha representativa para análise, constatou-se que as ações de comunicação promovidas pela Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres têm investido nos recursos propiciados pelas mídias digitais, mas a pequenos passos. Há tênues traços de abordagens que fazem uso de pontuais instrumentos do mundo digital, como investigado na campanha “Isso Não é Normal”. Cabe, portanto, aos gestores públicos, o investimento em ações que, de fato, cheguem até o seu público-alvo, sem distinção de idade, etnia, classe social e diversidade sexual.

Faz-se necessário examinar quem é o público a que se destina o trabalho, observar quem ele é e em qual ambiente pode ser encontrado. Mais que isso, é fundamental conhecer o local e suas práticas sociais para que seja garantida e eficácia da abordagem. Considerando ser diversificado o público feminino da cidade

de João Pessoa, inclusive a parcela mais afetada pelas formas de violência contra a mulher, há de se investir em diferentes estratégias, e as mídias digitais surgem como possibilidade de participação e engajamento social.

Ao longo do percurso da pesquisa, verificou-se que algumas características das mídias digitais podem ser mais bem trabalhadas, a exemplo da participação da população e do poder de “cocriação”, “coprodução” ou “coautoria” – a depender do autor abordado – por parte dos cidadãos. A comunidade vive em um contexto de forte envolvimento emocional e de visibilidade diante do outro. Diante disso, é primordial investir na inclusão de homens e mulheres às políticas desenvolvidas na localidade, de forma que o gestor atraia a atenção desse público e o faça conhecer e ser conhecido na sociedade.

Nunca se ouviu tanto falar em diálogo entre os indivíduos, principalmente nas mídias digitais, independente de barreiras geográficas e temporais, ou mesmo suportes e avançado conhecimento tecnológico. Sendo assim, vários são os fatores que viabilizam a grande interação propiciada na atualidade, e isso deve ser utilizado como estratégia de difusão das políticas públicas. Intuitividade e transparência também são atributos almejados em uma ambiência que não mais, necessariamente, segue os modelos tradicionais de comunicação. A tecnologia torna outras práticas possíveis e cabe ao gestor, no caso do estudo, instruir as melhores formas de uso das plataformas disponíveis.

Foi dado o primeiro passo à pesquisa. Portanto, sabe-se que o tema não se apresenta esgotado, ao contrário, há muito a ser contribuído e acrescentado para a abordagem. Sobretudo em pesquisas que contemplam agentes sociais e transformações socioculturais e econômicas, costumeiramente há a necessidade de reconfiguração de práticas. Tratando-se de mídias que passam por constantes renovações, essa natureza mutável se intensifica e os gestores públicos precisam estar atualizados no desenvolvimento de suas atividades. Sendo assim, enquanto objeto acadêmico e social, o tema possibilita uma gama de estudos posteriores voltados às políticas públicas de gênero e sua propagação.

REFERÊNCIAS

ALVES, Magda. **Como escrever teses e monografias**: um roteiro passo a passo. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

A VIOLÊNCIA contra mulheres e meninas se transformou em uma pandemia global que deve ser combatida, diz ONU. 26 nov. 2014. Matéria postada no portal ONUBR, no hiperlink Direitos Humanos. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/a-violencia-contra-mulheres-e-meninas-se-tranformou-em-uma-pandemia-global-que-deve-ser-combatida-diz-onu/>>. Acesso em: 30 nov. 2014.

BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre. **Avaliação participativa de programas sociais**. São Paulo: Veras; Lisboa: CPIHTS, 2000.

BOLTER, Jay David; GRUSIN, Richard. **Remediation**: understanding new media. Cambridge: MIT Press, 1998.

BRASIL. Presidência da República. **II Plano Nacional de Políticas para Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

CERVO, B. L; BERVIAN, P. A; DA SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CISCATI, Rafael. **A culpa é delas. É o que pensam os brasileiros sobre a violência contra a mulher**. 2014. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/03/b-culpa-e-delasb-e-o-que-pensam-os-brasileiros-sobre-violencia-contra-mulher.html>>. Acesso em: 29 mar. 2014.

DI FELICE, Massimo (Org.). **Do público para as redes**: a comunicação digital e as novas formas de participação social. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2008.

DILMA sanciona lei que classifica feminicídio como crime hediondo. 09 mar. 2015. Matéria postada no portal Consultor Jurídico. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-mar-09/dilma-sanciona-lei-classifica-feminicidio-crime-hediondo>>. Acesso em: 09 mar. 2015.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. (Orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

FAUSTO NETO, Antonio. **“A midiatização produz mais incompletudes do que as completudas pretendidas, e é bom que seja assim”**. Entrevistadora: Graziela Wolfart. Entrevista concedida à Revista do Instituto Humanitas Unisinos Online, 2009. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2479&secao=289>. Acesso em: 02 fev. 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

KAUCHAKJE, Samira. **Gestão Pública de Serviços Sociais**. São Paulo: Intersaberes, 2012.

LEMOS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 5 ed. Porto Alegre: Sulina, 2010.

LEMOS, André; LEVY, Pierre. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária**. São Paulo: Paulus, 2010.

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: M. Fontes, 1997.

MAIA, Rousiley C. M. Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo. **Revista Logos 27: Mídia e democracia**, ano 14, 2º semestre, 2007.

MAIOR, Leandro Thomaz da Silva Souto; COLY, Sarah Cecília Raulino. **A proteção do trabalho da mulher**. 2014. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI198919,91041-A+protecao+do+trabalho+da+mulher>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

NO CARNAVAL. **Nações Unidas lançam campanha pela não violência contra as mulheres e a favor do uso da camisinha**. 2015. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/no-carnaval-nacoes-unidas-lancam-campanha-pela-nao-violencia-contras-as-mulheres-e-a-favor-do-uso-da-camisinha/>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **A violência contra mulheres e meninas se transformou em uma pandemia global que deve ser combatida, diz ONU**. 26 nov. 2014. Matéria postada no portal ONUBR, no hiperlink Direitos Humanos. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/a-violencia-contras-mulheres-e-meninas-se-tranformou-em-uma-pandemia-global-que-deve-ser-combatida-diz-onu/>>. Acesso em: 30 nov. 2014.

_____. **Iniciativa das Nações Unidas no Brasil pede fim do machismo no Carnaval 2015**. 2015. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/iniciativa-das-nacoes-unidas-no-brasil-pede-fim-do-machismo-no-carnaval-2015/>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

_____. **Mais de um terço das mulheres já sofreram com a violência sexual em todo o mundo, diz OMS**. 21 jun. 2013. Matéria postada no portal ONUBR, no hiperlink Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/mais-de-um-terco-das-mulheres-ja-sofreram-com-a-violencia-sexual-em-todo-o-mundo-diz-oms/>>. Acesso em: 26 mar. 2014.

_____. **No carnaval, Nações Unidas lançam campanha pela não violência contra as mulheres e a favor do uso da camisinha.** 13 fev. 2015. Matéria postada no portal ONUBR, no hiperlink Direitos Humanos. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/no-carnaval-nacoes-unidas-lancam-campanha-pela-nao-violencia-contras-as-mulheres-e-a-favor-do-uso-da-camisinha/>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

PEREZ, Clotilde; BARBOSA, Ivan Santo. (Orgs.). **Hiperpublicidade:** atividades e tendências. São Paulo: Thomson Learning, 2008. v. 2.

PIERANTI, Octavio Penna; MARTINS, Paulo Emílio Matos. Políticas públicas para as comunidades no Brasil: adequação tecnológica e liberdade de expressão. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, FGV, mar./abr. 2008.

PORTAL BRASIL. **Instituto Avon e Data Popular divulgam pesquisa sobre violência doméstica.** 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/12/instituto-avon-e-data-popular-divulgam-pesquisa-sobre-violencia-domestica>>. Acesso em: 26 mar. 2015.

PRADO, Mônica; LOPES, Victor. Campanha pública educativa: teoria e técnicas publicitárias. **Revista Universitas:** Arquitetura e Comunicação Social, Brasília, v. 8, n. 2, jul./dez. 2011.

PRIMO, Alex. Fases do desenvolvimento tecnológico e suas implicações nas formas de ser, conhecer, comunicar e produzir em sociedade. In: PRETTO, Nelson de Luca; SILVEIRA, Sérgio Amadeu. (Orgs.). **Além das redes de colaboração:** internet, diversidade cultural e tecnologias do poder. Salvador: EDUFBA, 2008.

RAMALHOSO, Wellington. **Maioria diz que mulher com roupa curta ‘merece’ ser atacada, diz Ipea.** Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/03/27/maioria-diz-que-mulher-com-roupa-curta-merece-ser-atacada-aponta-pesquisa.htm>>. Acesso em: 20 out. 2014.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

SHIRKY, Clay. **A cultura da participação:** criatividade e generosidade no mundo conectado. Tradução: Celina Portocarrero. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas:** uma revisão da literatura. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 01 mai. 2014.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012.** Caderno Complementar 1: Homicídio de mulheres no Brasil. 2012. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Mapa-Violencia-2012_HomicidiosMulheres.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2014.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.